Conhecimento camponês e forças produtivas: a fazenda goiana

MARIZA VELOSO MOTTA

A grande fazenda tradicional de gado do Sudoeste goiano surgiu no início do século XIX, a partir de um processo de ocupação que a fez despontar como instituição dominante. As transformações posteriores por que passou acompanharam *pari-passu* o processo histórico de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção da região.

Tal desenvolvimento vem alterar não só as relações da fazenda com o contexto externo, como, por exemplo, as relações de mercado, as relações entre proprietários e elite política nacional, a possibilidade de acesso ao crédito, a realização de investimentos na propriedade, etc., como também suas relações internas, tais como as relações de trabalho, a relação de distribuição de alimentos, o acesso à terra por parte dos trabalhadores, etc.

Analisamos a organização produtiva da fazenda agropecuária do Sudeste goiano desde as primeiras décadas do século XIX, quando se inicia a ocupação, até fins da década de 70.

A observação da unidade produtiva se deu a partir de análise da organização dos fatores de produção e da relação que os agentes sociais estabelecem entre si e com os meios de produção.

A fazenda estudada surge ocupando grandes extensões de terra, normalmente solos fracos — terras de chapadão — e os produtores que ali se estabeleceram de modo geral migraram em grupos e se fizeram acompanhar por parentes. Possuíam escassos recursos monetários e contavam apenas com a sua capacidade de investimento de trabalho sobre a

terra. A infra-estrutura da região sempre foi precária, sendo a densidade demográfica muito baixa.

No início da implantação da fazenda e durante um longo período, devido à falta de vias de transporte ou de qualquer sistema de comunicação com outros centros produtores e consumidores, cada fazenda constituía-se numa célula autônoma, o que implicava num domínio de relações sociais. Essas relações sociais determinavam, por exemplo, o padrão de troca entre os vários segmentos produtivos, assim como regras de relacionamento entre proprietários, retireiros e agregados.

A instalação da fazenda como unidade produtiva surge organizada através de relações sociais de produção possíveis de serem caracterizadas como de "tipo camponês" e baseada num processo de trabalho relativamente autônomo.

Através deste processo de trabalho realizava-se a produção de dois bens: gado e alimentos. A execução de trabalhos específicos dentro deste processo de trabalho definiu duas grandes categorias de trabalhadores: o retireiro, responsável pela produção pecuária, e o agregado, responsável pela produção de alimentos.

O processo de trabalho a que chamamos complexo produtivo pecuária extensiva-agricultura de subsistência constitui-se, desde o início da ocupação da região, na atividade que garantia tanto os meios de subsistência do pequeno grupo que iniciou a ocupação da fronteira, quanto a produção de uma mercadoria que os conserva vinculados aos mercados nacionais.

Na fase inicial de implantação e consolidação da fazenda e por um longo período que vai do início do século XIX até 1970, confirma-se a existência de um conhecimento comum que se objetiva — de forma semelhante — na prática concreta de todas as categorias sociais.

As atividades produtivas da fazenda se realizam informadas por um conhecimento próprio, compartilhado homogeneamente pelos produtos e incluem não apenas a estruturação do processo de trabalho, mas também os circuitos de troca existentes entre produtores, assim como as atividades rituais. Esse conhecimento, que se modificaria com o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, foi operacionalizado pelos produtores-migrantes que se instalaram no chapadão do Sudoeste goiano e organizaram a fazenda tradicional de gado nos moldes de uma economia camponesa.

Neste artigo, pretendemos mostrar a redução do âmbito de aplicação do conhecimento tradicional, em especial aquele direcionado para a produção de alimentos. E, conseqüentemente, a própria marginalização da economia camponesa no contexto da fazenda. Essa unidade produtiva experimenta uma série de transformações ao longo do tempo, as quais se dão em virtude do desenvolvimento das forças produtivas regionais e das modificações nas relações sociais de produção no seu interior, o que se reflete, simultaneamente, no processo de trabalho e nas posições sociais dos trabalhadores dentro da fazenda.

O desenvolvimento e as modificações acima referidas processa-se, entre outras determinações, a partir da instalação da nova Capital Federal, da abertura de rodovias que vinculam de maneira sistemática a região aos centros dinâmicos de produção e consumo do país, da instalação de agroindústrias e da conseqüente valorização das terras — processo este acelerado pela presença de capitais paulistas. Assim, o tradicional processo de trabalho orientado por um conhecimento camponês sofre profundas alterações.

Ao longo das transformações verificadas na fazenda, percebem-se dois tipos de mudanças. A primeira, mais violenta, promove verdadeira ruptura no processo de trabalho dominante e nas relações sociais de produção (por exemplo, os trabalhadores tradicionais deixam de ter acesso à terra ao mesmo tempo em que o trabalho assalariado se faz presente). O processo de trabalho da fazenda é substituído por outro, desta vez informado pela tecnologia moderna. A outra, mais gradual, é a mudança do processo de trabalho tradicional, a qual se dá através de reformulações e ajustamentos às novas condições.

A ruptura maior a que nos referimos substitui inteiramente um processo de trabalho por outro, o qual reorganiza por completo o modelo da agropecuária tradicional na medida em que se baseia no uso intensivo de capitais, insumos e máquinas modernas. A fazenda, como unidade produtiva, transforma-se, mas nem todas as categorias sociais que a configuravam foram integradas imediatamente a essa transformação. Deste fato decorre a mudança gradual da agropecuária tradicional que, agora, é realizada apenas por agregados e retireiros.

Na mudança gradual, como a economia camponesa passou a reproduzir-se à margem da atividade econômica dominante, o conhecimento que informa o processo de trabalho

tradicional opera num espaço social crescentemente mais restrito, perdendo ao logo do tempo os elementos materiais e relacionais necessários para sua operação.

A fazenda passa, gradativamente, a participar de forma mais ativa do mercado, privilegiando sobremodo a produção de gado. Conseqüentemente, também a produção de alimentos e as condições de que dispunham seus produtores são alteradas.

As limitações impostas à operacionalização do conhecimento tradicional induzem-no, como processo cognitivo dinâmico, a encontrar novas soluções. É a partir da própria necessidade de reprodução de seus meios de vida que os agregados — produtores camponeses — desencadeiam permanentemente novos ajustamentos.

Essa categoria, presente no interior das grandes fazendas goianas desde o início do processo de ocupação até fins dos anos 70, como já dito, respondia essencialmente pela produção de alimentos para o abastecimento do grupo social. No início da ocupação das terras e formação das fazendas, o agregado dispunha das melhores terras e dos instrumentos de trabalho necessários para realizar sua agricultura de coivara e usar extensivamente os recursos naturais.

A pecuária extensiva, outrora existente na fazenda, só é inteligível e possível se mediatizada pela produção de alimentos através do sistema de coivara.

Toda a racionalidade desse processo de trabalho encontrava-se no fato de que, ao mesmo tempo em que era produzido o alimento, produzia-se também a pastagem e outras formas de forragem como a palha restante das colheitas.

O processo de trabalho único a que nos referimos e através do qual se produzia gado e alimentos desenvolvia-se próximo aos córregos e nascentes. Ali costumava-se desmatar a terra, queimá-la, limpá-la e plantá-la. O plantio era feito durante três ou quatro anos consecutivos. A partir daí, o capim nativo, até então retirado a cada nova preparação e limpeza da terra para o plantio agrícola, era deixado crescer, tornando-se assim pastagem. Passado um período de tempo, a pastagem transformava-se novamente em mata, quando, então, era repetido o processo descrito para viabilizar novamente o cultivo. Até a década de setenta, o consumo alimentar da fazenda foi inteiramente proporcionado pelos agregados. Estes constituíam-se em trabalhadores especializados na produção de "mantimentos". Na roça desmatada,

plantava-se prioritariamente o arroz. E, nos intervalos dessa cultura, plantava-se feijão consorciado com milho.

O produto das roças era destinado, na sua totalidade, ao consumo da população da fazenda. Além disso, outros produtos, como carne ou mesmo subprodutos de origem animal como o queijo, a coalhada e a manteiga, eram fornecidos pelos retireiros. Os instrumentos de trabalho ou mesmo bens de consumo só adquiríveis no mercado eram fornecidos pelo proprietário. Havia, portanto, um padrão de troca recíproco e irrestrito no domínio da fazenda. Tais trocas, fazendo parte integrante do cálculo econômico dos agentes sociais envolvidos, significavam também a manifestação da ética camponesa de reciprocidade.

Com o tempo, e principalmente a partir da instituição da propriedade jurídica da terra, estabelece-se no seio dos camponeses ocupantes da fazenda uma diferenciação social, a qual provocou a transformação dos agregados de produtores especializados na produção de "mantimento", em produtores de alimentos para o mercado. A partir daí, os produtos do cultivo passam a ser repartidos — através da parceria — com o proprietário.

Ao longo da década de 60, e especialmente na da 70, a relação de agregação sofre nova mudança. Desta vez, de produtores de alimentos transformam-se em força de trabalho engajada num processo produtivo, cuja lógica técnica escapa inteiramente ao seu campo de conhecimento tradicional, historicamente adquirido.

Para melhor compreensão desse processo, vale referenciar alguns exemplos que evidenciam as mudanças (neste caso vistas como reformulações) sofridas pelo processo de trabalho, dada a crescente marginalização da economia camponesa. Em última instância, tal fato evidencia também a diminuição da utilidade prática do conhecimento camponês para orientar as atividades produtivas da fazenda.

Como vimos, num primeiro momento, tinha-se a realização de duas roças: uma onde se cultivava o arroz, outra onde eram cultivados, consorcialmente, milho e feijão. Posteriormente, com a melhoria das condições de troca comercial, a segunda roça (milho e feijão) deixou de ser feita nas terras mais férteis, passando a predominar nestas terras a primeira, o cultivo do arroz.

Houve, ainda, num tempo posterior, outra modificação significativa, a qual implicou na exclusão das terras férteis para o plantio das roças feitas pelos agregados. A produção

de alimentos passou, então, a ser feita nas "beiradas da terra", ainda com alguma fertilidade, embora não tão férteis como as primeiras. Neste momento instalou-se, também, definitivamente, a monocultura do arroz como atividade empresarial da fazenda.

Os demais produtos passaram a ser cultivados na "roça de quintal", o que significou a formação de uma pequena plantação, normalmente consorciada, sem a participação, enquanto força de trabalho, do chefe do grupo doméstico. Esta "roça de quintal" emprega apenas o trabalho da mulher e dos filhos.

Com a continuidade das transformações sócio-econômicas geradas na região, o agregado (o produtor de alimentos) deixa de ter acesso, inclusive, às "beiradas de terra", restringindo-se às "terras de morada", onde dispõe, hoje, tão-somente do espaço para a casa e para um quintal de tamanho compatível ao feitio de uma pequena roça.

Vale frisar que essas "terras de morada" situam-se em áreas limítrofes da propriedade, constituindo-se num elemento de "segurança" da fronteira da grande fazenda.

A observação da dinâmica da economia camponesa existente na fazenda e do processo de trabalho de que se utiliza mostra-nos que o conhecimento camponês, inteiramente constitutivo e orientador da organização da fazenda na fase de implantação e consolidação, foi perdendo espaço social e material para operar, transformando-se num conhecimento específico, patrimônio exclusivo dos agregados. De igual forma, a economia camponesa torna-se cada vez mais marginalizada.

As pastagens, ao longo das duas últimas décadas, passam a ser feitas a partir de um outro processo de trabalho, o qual implica na utilização de sementes selecionadas, maquinaria moderna, adubos e inseticidas. A formação de pastagens viabiliza-se principalmente nas terras de cerrado que, até então, não haviam sido utilizadas produtivamente, salvo esporádicas queimadas que, na época da seca, favoreciam o nascimento de brotos verdes que fossem capazes de sustentar o gado.

O aproveitamento das terras de cerrado teve conseqüências ainda maiores no processo de trabalho, na medida em que essas terras passaram a ser utilizadas também para a produção de alimentos.

Mas, é preciso lembrar, a produção de alimentos e mesmo a formação de pastagens nos cerrados obedecem, agora, a

um conhecimento cujos pressupostos respondem à lógica da técnica moderna e não mais à lógica do conhecimento camponês.

Nessa nova ordem, tipicamente capitalista, o agregado — pequeno produtor que se reproduz reformulando e ajustando seu conhecimento camponês — não possui condições sociais de incrementar ou mesmo de participar de um processo de trabalho cuja lógica responde a outro conjunto de forças produtivas e relações sociais de produção.

O certo é que, hoje, apenas com a "roça de quintal", o agregado se encontra diante de um impasse, já que a sua lógica produtiva e seu conhecimento, antes perfeitamente adaptados a um conjunto de situações sociais e naturais, não encontra, atualmente, condições de reprodução.

Na época de nossa pesquisa de campo, observamos que o conhecimento camponês, completamente desalojado das atividades dominantes da fazenda, permanecia vivo e ativo, apenas no que se referia ao feitio da "roça de quintal". De igual forma, hoje, as regras de trocas recíprocas de produto e trabalho são observadas apenas pelos trabalhadores. Quanto ao proprietário, este transformou as regras de reciprocidade em regras de lucratividade: "quem produz mais, ganha mais".

Uma pergunta que sempre acompanhou nossa reflexão reporta-se à capacidade de reprodução da economia camponesa, ainda hoje, no interior da fazenda. Parece-nos que tal reprodução explica-se, em boa parte, pela possibilidade de aplicação do conhecimento camponês. Na medida em que há uma redução drástica do acesso à terra por parte dos agregados, esse conhecimento vai sendo reinventado, reformulado ao nível de sistema de troca entre agregados e outras categorias de trabalhadores.

Mesmo assim, crê-se que, nas condições atuais, os agregados deverão ser eventualmente substituídos por trabalhadores assalariados. Nesse momento, então, o conhecimento camponês não só será totalmente inoperante mas também completamente prescindível.